



4642642



00135.225896/2024-98

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS****NOTA CNDH Nº 24/2024****NOTA PÚBLICA DO CNDH EM DEFESA DA INSTITUCIONALIDADE PÚBLICA DE DIREITOS HUMANOS DO MERCOSUL**

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, manifesta profunda preocupação acerca dos rumos da institucionalidade democrática e de direitos humanos na Argentina, e subseqüentemente no Mercosul, sob o Governo de Javier Milei. Em uma de suas últimas investidas, o Governo Milei procura silenciar e suprimir a institucionalidade pública de direitos humanos no Mercosul, criada e ampliada em função da participação social e cidadã, e pela consolidação democrática em seus países-membros. Na última reunião ordinária do Grupo Mercado Comum, nos dias 30 e 31 de outubro, a delegação argentina propôs a fusão do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH) com o Instituto Social do Mercosul (ISM), a pretexto da necessidade de diminuir aportes de recursos públicos. A posição foi rechaçada parcial ou integralmente pelas representações dos demais países, particularmente do Brasil, que afirmou a importância do trabalho desempenhado pelas duas instituições em seus distintos âmbitos.

O Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH), que completa 15 anos neste ano, representa o compromisso democrático de seus países-membros após anos e décadas de ditadura militar na Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, no sentido impedir retrocessos em termos das liberdades democráticas e da garantia de primazia dos direitos humanos. A própria localização do IPPDH torna-o uma oficina permanente de combate ao autoritarismo e à violência de Estado, realizando suas atividades na Escola de Mecânica da Armada (ESMA), que outrora era um centro de detenção, tortura e assassinato de cidadãos. Por isso, a permanência e fortalecimento do IPPDH, em seu lugar físico e institucional, significa a continuidade cívica do brado: DITADURA NUNCA MAIS! O CNDH alerta os entes públicos e sociais, e convoca a sociedade civil dos países-membros do Mercosul à defesa dos avanços democráticos alcançados e da garantia de vigência de direitos fundamentais, uma responsabilidade conjunta, de nossos governos e povos.

Brasília, na data da assinatura.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Referência: Processo nº 00135.225896/2024-98

SEI nº 4642642

Setor Comercial Sul, Edifício Parque Cidade Corporate, Quadra 9, Lote C, Torre A, 9ª Andar, Asa Sul - Telefone: (61) 2027-3907

CEP 70308-200 Brasília/DF - <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>